



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07/08/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Declaro abertos os trabalhos da 9ª Audiência Pública, que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, realiza no ano de 2017 tendo por objetivo expor e debater o PL 367/17, do Executivo que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD; introduz alterações na Lei 16.211, de 27 maio de 2015. O tema de hoje: Mercados e sacolões Municipais.

Informo que a reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

Inicialmente, informo a todos que esse espaço está disponível até às 17h. Vamos ter de interromper a reunião às 17h. Por essa razão, peço a todos que se inscreverem e as inscrições estão abertas aqui ao lado, se quiserem falar, que sejam absolutamente sucintos nas suas colocações para que dê oportunidade para mais gente participar.

Informo que foram convidados o Sr. Secretário Wilson Poit; Secretaria Aline Cardoso, que é Secretária Municipal do Trabalho e Empreendedorismo; Sergio Lopes Cabral, Diretor da SPParcerias e Carlos Nascimento, Diretor Acadêmico da Escola do Parlamento e sócio diretor das Empresas PPP Connection e América Licenciamentos e dos Srs. Vereadores: José Police Neto, André Santos, Reginaldo Tripoli, Paulo Frange, Dalton Silvano.

Com a palavra o Sr. Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui novamente na Câmara Municipal de São Paulo, para mais uma audiência pública relativa ao PL 367/17. Hoje mais uma audiência relativa a concessão de mercados e sacolões. Como todos sabem o PL 367/17, envolve a concessão do sistema do bilhete Único, de mercados e sacolões, dos parques municipais, remoção e pátios de estacionamentos de veículos, sistemas de compartilhamento de bicicletas e a concessão do mobiliário urbano.

Gostaria de começar, dando a palavra, rapidamente, em seguida passando a palavra ao Sergio e para Secretaria. Mas começar com uma mensagem de tranquilidade, que

acredito que foi assim que nós terminamos a última audiência. E dizendo para vocês que protocolamos um PL e vamos passar para a fase de procedimento de manifestação de interesse. Brevemente, ainda esse mês, vamos publicar o chamamento que se chama PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse para o cadastramento de empresas, associações e permissionários, investidores que queiram dar ideias para construirmos o edital de licitação se possível, ainda esse ano. Estamos bem na fase de ouvirmos sugestões, tanto do Legislativo como dos senhores que trabalham em mercados e sacolões, dos demais paulistanos aqui presentes interessados. Uma fase importante, que não só podem usar o microfone, darem sugestões, que nós anotamos todas, como anotamos da sessão passada. Já fizemos reuniões, visitas a todos os mercados e também já recebemos a associação e continuamos abertos a isso.

O que gostaríamos de colocar logo de cara para que a gente não seja repetitivo, porque acabamos tendo muitas perguntas relacionadas com alguns temas que a gente quer passar uma mensagem de que isso, acho que ficou claro na última reunião, até para que a gente ganhe tempo possamos ter novas sugestões. Quem for concessionário dos mercados vai fomentar a integração e manutenção de todos os permissionários que estão hoje nos mercados. Não estamos falando aqui em trocar permissionários de mercado, não existe, foi colocado aqui no microfone lenda sobre corte de não sei quanto por cento, tiraram 30%, não existe isso. Não estamos falando em mudar os permissionários e sim em dar um up grade, em melhorar a situação dos mercados e sacolões até conforme pesquisa que vocês mesmo trouxeram e têm falado que o Prefeito tem um compromisso de campanha de melhorar a condição de todos os mercados e sacolões para atrair mais turistas, mais clientes, para ter melhores banheiros, melhor acessibilidade. Reformas que há muito tempo precisam ser feitas e que precisam de um dinheiro maior de investimento do que aquele que vocês já têm aplicado nos mercados e nos sacolões.

O projeto não trata de troca de permissionários. Também serão preservadas as

características e tradições dos mercados existentes hoje. Então, todo o permissionário que está alinhado com objetivo, com a característica, com a tradição de um mercado, aquelas empresas familiares que estão em terceira, quarta geração já conversamos bastante aqui. Podem ficar tranquilas, não estamos tratando disso, estamos tratando de buscar um investimento privado para uma melhora dos mercados para que a gente possa ter como em qualquer lugar do mundo. Lugares mais acessíveis, mais bonitos, mais limpos e que deem maior retorno para vocês.

O concessionário vencedor dos lotes, porque serão lotes, e foi dito aqui também sobre isso, já conversamos, mas estamos à disposição para ouvir mais. Vão fazer investimentos rápidos. A gente precisa de investimentos anos que vem para reformas e modernização dos espaços. Novamente para que não precise ser objeto de novas questões, as associações podem sim participar do processo licitatório. Conhecem o negócio como ninguém, podem ir se mobilizando. Eu sei que já existem projetos, podem se juntar em grupos ou em conjunto. Escolher os mercados que aquela associação deseja fazer propostas e se preparar para apresentar a documentação que vai estar no chamamento.

Após o cadastramento de todos os interessados, nós vamos publicar no Diário Oficial, vamos dar ampla publicidade. Quem são os interessados: pessoas físicas, pessoas jurídicas, atuais associações de permissionários e aí vamos usar aqueles que estiverem habilitados, que pegarem a documentação terão 60 dias para apresentarem os estudos, projetos, de arquitetura, jurídicos, de operação para a melhora dos mercados, a melhora que todo mundo deseja. Acho importante dizer isso. É possível a participação de vocês, mantendo as tradições e características sempre esse é o projeto dos 14 mercados e para os 17 sacolões. Isso vai contar no chamamento. Vamos buscar sempre um investimento imediato na melhoria desses locais, mantendo os permissionários que estão lá.

Agradeço a presença de tanta gente, acho que isso torna bastante democrático, até porque não existe nada fechado, nada proposto, não há uma licitação pronta, é um ambiente

bastante democrático, afinal desde que o Prefeito João Doria tomou posse, no dia 01 de janeiro, estamos estudando isso. Já conversamos com várias associações, visitamos vários mercados e estamos nesta Casa desde maio, junho, discutindo este PL. Então, é hora de agregar informações.

Temos tudo por escrito da última sessão, e hoje tudo o que vocês sugerirem será anotado. Talvez nem todas as perguntas possam ser respondidas, mas o que puder nós responderemos, principalmente essas mais críticas, que deixam as pessoas mais amarguradas.

Hoje novamente queremos agradecer ao nobre Vereador Mario Covas Neto, todos os Vereadores presentes, a oportunidade que nos dão de ouvi-los, para enriquecer e tornar esse projeto bem democrático, para que seja um projeto equilibrado, bom para os permissionários, bom para a Prefeitura, e muito melhor para os paulistanos e para os turistas que visitam a cidade de São Paulo, os mercados e sacolões.

Quero passar a palavra para o Sr. Sergio fazer uma rápida apresentação de alguns *slides*, em seguida, a Secretária pode encerrar essa fase de abertura.

O SR. SERGIO LOPES CABRAL – Boa tarde a todos. A ideia é passar um pouco das informações dos mercados. Como disse o Secretário, a ideia desse projeto é que a gente evolua nos nossos equipamentos e com as pessoas que estão lá hoje, que são os senhores; e que a gente possa fazer um trabalho a quatro mãos. Este é o momento.

Vamos passar um pouco do cenário dos mercados hoje, o que a gente está pretendendo para o futuro, e ficaremos à disposição para as perguntas.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. SERGIO LOPES CABRAL – Aqui, vocês conhecem. A maioria deve estar aqui. São os 14 mercados, são 17 sacolões, dos quais a gente vai escolher um para entregar o PMI, mas num primeiro momento os 14 entrarão. Como disse o Secretário, PMI é um procedimento de manifestação de interesse, é o momento em que a Administração Pública

publica na rua para ouvir opiniões e ideias de quem queira contribuir para a evolução de qualquer equipamento, no caso os mercados. Então, nesse procedimento, serão contemplados todos os mercados.

A situação atual: existe uma arrecadação de TPUs, algo em torno de R\$ 8 milhões para a Prefeitura. Segunda estimativa nossa, os investimentos necessários são algo em torno de R\$ 90 milhões. E não estamos falando só do mercado central, estamos falando dos 14 mercados que estão ali. Todos que estão aqui sabem da realidade dos mercados. Às vezes, a gente passa a olhar só para os mercados onde há mais movimento, como o Central, o de Pinheiros, mas há outros mercados na Cidade que necessitam de investimento.

A gestão hoje é feita pela Secretaria Municipal, e as associações lideram o rateio de despesas dentro do mercado. Essa é a situação atual. Sobre a concessão que a gente está falando é da gestão dos mercados.

Só para a gente exemplificar, estas são fotos do mercado central: problemas estruturais, necessidade de reformas, equipamentos quebrados, manutenções precárias. Isso aqui, na verdade, é para a gente reforçar por que estamos fazendo esse processo, que é para isso, que isso não ocorra mais nessa cidade, seja no mercado central, seja em qualquer mercado nessa cidade. O que a gente quer é investimento para que a gente não tenha esse tipo de situação, que o usuário seja bem atendido, que passe a imagem para o mercado e, em consequência, também quem esteja lá fazendo a sua venda também aumente a sua venda. Acho que esse é um ponto importante que a gente quer colocar.

Espaços ociosos existem vários e que poderiam ter sido dado outros usos do tipo eventos ou outras coisas que poderiam também trazer mais frequentadores ao mercado que poderia transformar mais prazerosa a experiência de visitar um mercado municipal. Aqui até um pouco do que já foi veiculado na mídia de dificuldades atuais. Olhando para o entorno do mercado. Quando a gente fala só de dentro do mercado que existem alguns problemas, mas quando a gente olha o entorno há outros problemas que a gente pode selecionar esse

processo. É o caso dos estacionamentos, de ter cobranças abusivas em estacionamentos ou de pessoas não autorizadas pelo poder público de fazerem aquela cobrança e acabar sendo, criando uma experiência negativa para aquele equipamento. Falando um pouco mais do PMI que é a primeira etapa que a gente colocou, então, são os 14 mercados. Vemos como benefício de concessão para os usuários a melhoria do estado de conservação, melhoria da experiência de compra, investimentos em reforma e modernização, que é o que a gente vem reforçando aqui e o aumento do número de visitantes, que é bom para todo mundo, inclusive, para os senhores permissionários que estão lá fazendo as suas vendas, inclusive, para o cidadão paulistano que cada vez mais vai visitar os mercados municipais.

Premissas para os concessionários. Ou o quê quem for apresentar um estudo tem de ter como premissa. Realizar todos os investimentos em infraestrutura, prover investimentos e adequação às reformas de segurança, de vigilância sanitária, acessibilidade, saneamento básico entre outras e gerir mercado de forma eficiente e de acordo com o que é esperado pelo visitante. O retorno esperado para o município é outorga e investimento.

Situação atual, necessidade de investimentos e infraestrutura, a gente já falou. Falta de recursos para investimento, remuneração do futuro concessionário. Essa foi uma pergunta demandada na audiência anterior. De onde virá a receita? Colocamos algumas que não são exaustivas porque isso fica a cargo de quando vier no estudo. Mas, por exemplo, exploração de estacionamento, realização de eventos, ampliação, uso de espaços ociosos, ações de marketing, utilização de áreas ociosas e alugueis de espaços para eventos como a gente colocou aqui.

Colocamos uma foto para dizer que já existem ações de marketing em alguns mercados. Esse é o mercado de Pinheiros. Transição com os permissionários. Na verdade, quem propuser o estudo tem de prever como vai fomentar a integração com quem já está lá. Então, a gente busca, quando solta esse PMI, como será feita essa integração com o permissionário que já está lá. Isso é uma premissa dada pelo estudo. Vai ter que prever essa

integração.

Os benefícios. Melhor experiência de compra, mercado mais limpo e conservado, valorização do entorno do mercado, aumento do número de vendas e visitantes. Para resumir, o Secretário iniciou dizendo isso. As premissas-chaves desse processo é a preservação das características e tradições de cada mercado, investimentos imediatos em reforma e modernização, as associações podem participar desse processo. De novo, não estamos neste processo agora concedendo a gestão dos mercados, nós estamos ouvindo as ideias de quem puder propor, tanto a associação quando pessoa física e empresa, para depois formatar o edital, que também será fruto de uma audiência pública. Estamos num momento de confecção desse PMI, no qual as associações também podem participar.

Os concessionários serão obrigados a fomentar a integração com os permissionários. Acho que essas são as premissas básicas desse processo.

Agradeço a todos e fico à disposição para perguntas.

A SRA. ALINE CARDOSO – Boa tarde a todos, prazer estar com vocês aqui novamente em pouco tempo à frente da pasta. Vocês podem imaginar que esse assunto dos mercados virou uma prioridade número um para gente, não só para poder responder aos senhores nas suas dúvidas que são legítimas, mas também para contribuir com Wilson Poit, com o Prefeito João Doria já que hoje temos a responsabilidade da política de abastecimento da cidade. Na audiência da semana passada coloquei alguns pontos, mas vou repetir porque muita gente não estava no dia, aliás, peço desculpas não saudei a Mesa e os presentes, mas fui aqui na objetividade.

Primeiro, digo que uma das questões que nós nos colocamos ao chegar na Secretaria e que acho que é um tema bastante importante para a gente pensar quando fala. Eu costumo dizer que a gente precisa pensar política pública antes de pensar as ações. Cada projeto, cada iniciativa que é tomada ou decidida por uma Secretaria precisa estar inserida dentro de uma política pública. Nós temos uma política pública de segurança alimentar de

abastecimento e os mercados são um pilar dessa política pública. Antes de tomar qualquer tipo de decisão, com a concessão dos mercados, olhamos as políticas públicas para entender que impacto essa ação terá ou não terá na política pública.

A reflexão que fizemos sobre a função dos mercados na política pública nos levou a entender que não só não haverá comprometimento da função pública do mercado no processo de concessão, como haverá melhoria na situação desses equipamentos dentro do papel que eles desempenham na política pública. Eu disse aqui na outra audiência e vou repetir que nós entendemos que os mercados trazem uma experiência para o usuário. Essa é uma palavra muito forte hoje no mundo inteiro, não só em termos de marketing, mas em termos de compreensão do que o consumidor procura. O que é a experiência? Não é só o turismo, também é o tipo de compra, de relacionamento que eu estabeleço nessa troca que eu vou ter com quem está me vendendo. Uma coisa é eu ir até a prateleira e comprar um produto num grande mercado, outra coisa é eu ir num mercado municipal dialogar com esse vendedor, com esse permissionário, ter uma troca, um olhar. Tenho visitado muitos mercados até para poder falar com mais propriedade. Acho muito importante a pessoa que está fazendo política pública conhecer, hoje eu estava no mercado de Pirituba, conversando com um permissionário que me falou que conhece praticamente todos os clientes dele. Isso tem uma magia, uma experiência, tem algo que deve ser preservado. A política pública reconhece isso e não vai comprometer isso por isso que o Secretário Poit já disse que não estamos aqui para tirar desses permissionários, todas as pessoas que podem olhar olho no olho do consumidor e já saber o que ele quer. Queremos que tenham condições melhores de trabalho e de atendimento para que essa experiência seja melhor e mais completa.

Esse mercado que visitei hoje precisa de uma série de melhorias e tem inclusive uma série de possibilidades. Vi no entorno uma série de espaços ociosos. Será que não poderia ter uma série de atividades naquele espaço, outras coisas que chamassem mais público. Coisas que nós não temos condições de fazer, mas que eventualmente, o novo

responsável por esse mercado seja uma associação de permissionários, seja um grupo junto com os permissionários, enfim, quem quer que seja tenha condições de melhorar essa atratividade.

Falei também naquela ocasião da prioridade que nós vamos dar ao tema gastronomia quando eu conversei com o Prefeito João Doria sobre as políticas que nós vamos desenvolver a frente da pasta. Nós colocamos que essa vocação de São Paulo deve ser valorizada e ampliada, o que pode trazer mais benefícios para todos os atores dessa cadeia. Então, o que eu disse aqui é que talvez a melhor contribuição, finalizei assim a minha fala na semana passada, que a Prefeitura possa dar aos mercados não é a administração, talvez não tenhamos a capacidade de fazer uma administração tão boa quando a Cidade precisa. O que podemos fazer de melhor é dar condições, fomentar, apoiar, regulamentar, criar um ambiente favorável para que essa atividade se desenvolva da melhor maneira.

Quando eu assumi essa responsabilidade e poucos dias depois já tinha uma audiência pública e eu disse isso para os senhores, acho que era o meu terceiro ou quarto dia a frente da Secretaria quando tivemos audiência eu também tinha algumas dúvidas e acho legítimo. Eu estava numa condição de Vereadora, não tinha todas as informações do grupo de trabalho das concessões e, quando cheguei lá, falei que tinha algumas dúvidas e conversamos, fiz uma série de perguntas e o que me deixou relativamente tranquila, acho que pode deixa-los tranquilos também, foi entender o que é o PMI. Entender as fases do processo. Sem entender isso e confesso que não entendia tão bem, realmente nós temos uma série de dúvidas. Quando a gente entende que o PMI é um processo inclusive democrático de construção conjunta e aí vocês precisam entender o valor que isso tem. Recebi um artigo esses dias sobre o Pacaembu. A pessoa que fazia o comentário disse o seguinte “em outras gestões nós não fomos ouvidos, nessa gestão já temos pelo menos uma vantagem e não é pouca vantagem, estamos sendo ouvidos”.

Esse PMI vai permitir que todos os atores envolvidos no tema possam se

manifestar, possam dar sua opinião, contribuição, na construção desse processo. Acho que isso tem muito valor. Quando as pessoas nos perguntam sobre a questão da condição das associações de permissionários, se podem ou se não podem, o Wilson já falou: podem se candidatar, eu não diria podem, eu diria devem. Acho que vocês devem se organizar para isso. Se não tiver condições com um grupo, juntam dois, estou vendo que vocês estão se organizando cada vez mais, aliás, fiquei muito curiosa para saber o que significa UMA. Isso é bom é construtivo. Vocês estão se organizando cada vez mais, vocês têm de se apresentar e entrar no PMI. Vocês têm uma grande vantagem competitiva. Já têm uma prioridade no processo, ou uma vantagem que é conhecer o negócio como ninguém. Na hora de construir a proposta vocês são os mais preparados para construir. Se vocês juntarem o conhecimento e a experiência que vocês já têm com uma boa estruturação. Vocês precisam se estruturar bem. Não é só porque tem conhecimento e chegar com um papel de padaria, desculpe a minha brincadeira, mas fazer uma proposta. Não é isso. estamos num processo estruturado, juridicamente sólido, então, o conselho que posso dar para vocês e acho que é um conselho que pode fazer muita diferença vocês seguirem é o seguinte: aliem a experiência e o conhecimento que vocês têm. Vocês são quem mais têm, com uma boa estruturação sólida, jurídica e consolidada das propostas estruturadas, vocês têm muita chance de conseguir sair desse processo da melhor maneira possível.

Então, fico à disposição. Já disse e repito não só para falarmos sobre as concessões, mas, enquanto os mercados forem responsabilidade da nossa Secretaria, certamente haverá assuntos para tratarmos, porque nem só de concessões é o dia a dia de vocês. Vocês têm ali necessidades, ideias, propostas e assuntos para tratar, e a gente está à disposição também para falar sobre esses outros assuntos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Anuncio a presença dos Vereadores Claudio Fonseca, Ricardo Nunes, Isac Felix, Rodrigo Goulart, Rinaldi Digilio, Rute Costa,

Gilberto Nascimento e Zé Turin.

Muito obrigado pelo prestígio das presenças.

Tem a palavra o Sr. Carlos Nascimento, diretor acadêmico da Escola do Parlamento.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Boa tarde a todos. Saúdo a Mesa em nome do Sr. Presidente. Eu fui diretor acadêmico da Escola do Parlamento da Casa, mas hoje estou aqui na qualidade de Coordenador do MBA, PPPs e Concessões, um curso principal que trata desse assunto, das PPPs e concessões no Brasil.

Eu já tive oportunidade de participar do primeiro debate que houve sobre esse tema. Então, vejo muitos rostos conhecidos. Então, eu também não serei repetitivo, para que haja mais tempo para as perguntas. Saúdo todos vocês agora na figura da União dos Mercados Municipais. Eu vi muita união naquele dia, muita preocupação e muito debate. Essa é a função da audiência pública, justamente qualificar essa discussão, para que se possa alcançar um resultado melhor para todos nós.

Eu venho trazendo com isso há alguns anos em várias cidades. Eu queria só focar meu comentário hoje, essa abertura em dois pontos. Um, que realmente a gente foque nos pontos realmente principais. Eu vi que, logo depois dos debates iniciais que houve sobre diversos temas, já estavam falando de privatização, de vender São Paulo. A essa altura do campeonato, pelos debates que já houve, fica muito claro o que se propõe no caso dos mercados, e, na verdade, na maior parte do programa municipal de desestatização, há as concessões. Parece uma diferença de palavras, mas não é. Na verdade, quando se faz a concessão, aquele bem, aquela responsabilidade não deixa de ser do setor público, diferente de quando se privatiza, se vende e se passa para o setor privado. Vocês sabem, vocês são permissionários, têm uma autorização do Poder Público para explorar aquele processo e o concessionário que vier a vencer essa competição vai ter a concessão para explorar um determinado tempo. Isso é muito importante. Parece bobo, mas não é. Isso faz toda diferença,

inclusive nas ações que serão tomadas por vocês na participação. Há o segundo ponto que gostaria de mencionar. Acho que foi falado pela Prefeitura agora, tanto pelo Sr. Secretário Poit, pelo Sr. Sérgio e pela Sra. Aline, Secretário. Isso até deveria tranquilizar um pouco. Essa definição é muito clara, que o concessionário e os permissionários necessariamente vão ter que se integrar. Isso vai ter que ser potencializado no âmbito de uma política pública municipal mais ampla. Acho fundamentais essas questões que a Prefeitura colocou, porque mostra que tem uma direção e mostra que a ideia realmente não é excludente. É muito mais de participação.

Aí eu, como morador da Cidade, vejo que isso, na verdade, é uma grande oportunidade para todos nós, porque, em primeiro lugar, sabemos das restrições orçamentárias na Prefeitura, e quando se faz uma concessão ou uma parceria público-privada, busca-se trazer o investimento do setor privado para realizar isso, em vez de a Prefeitura. Ou seja, isso é diluído em impacto orçamentário ao longo do tempo, quando é uma PPP, mas, no caso da concessão, como foi demonstrado, isso é uma outorga, ou seja, é um dinheiro que entra para o caixa da Prefeitura, e, no caso da legislação municipal, isso vai ser direcionado para investimentos no social e demais atividades. Então, acho que isso é um ponto importante e eu concordo também. Como a Sra. Secretária Aline mencionou, eu acho que isso é uma grande oportunidade para vocês, porque a gente sabe que a TPU é um instrumento jurídico menos forte do que é uma concessão, um contrato mais robusto, que dura mais tempo. Então, também quando se fala em se fazerem investimentos, todo privado quer ter mais segurança, de que vai recuperar o seu investimento ao longo do tempo. Então, eu vejo isso, na verdade, com muitos bons olhos, enquanto política pública e enquanto a necessidade de se recuperarem os investimentos nos mercados, porque ninguém melhor do que vocês vai conseguir tocar o negócio do mercado. Então, eu acho que esse negócio de unir concessionário com permissionário é uma grande ideia e necessidade.

Eu vou terminando aqui a minha intervenção inicial, e me coloco à disposição dos

vocês, porque aqui, na audiência. vocês vão trazer seus anseios, colocar questões para os Vereadores e colocar questões para a Prefeitura, mas quando se começar o procedimento de manifestação de interesse, aí que vocês vão sentir mesmo como é que funciona esse negócio de PPP e de concessão e como é que têm que ser elaborados os estudos e o nível de profundidade, porque se vocês vão participar, têm que estar preparados.

Eu me coloco à disposição de vocês também, de forma informal, sem nenhum compromisso, mas também caso as uniões e as associações tenham dúvidas, pode-se fazer um bate papo, para se esclarecerem eventuais dúvidas técnicas não com relação a esse projeto, porque isso cabe à Prefeitura, mas sobre o tema, de uma maneira, para que vocês fiquem mais seguros nesse processo.

Então, parabéns aí pela união de vocês e parabéns pela iniciativa de todos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Anuncio também a presença dos Vereadores Toninho Vespoli, Fernando Holiday e Sandra Tadeu e o Sr. Elvino Moises, chefe de gabinete do Vereador Eliseu Gabriel, que ocupava anteriormente a mesma pasta aqui que a nossa querida Aline faz hoje e representa. Vamos aos blocos, para dar oportunidade de as pessoas participarem. Vamos fazer blocos de três perguntas. Um Vereador faz a sua exposição, a sua pergunta e os seu questionamento e duas pessoas que se inscreveram. Assim, depois dessas três intervenções, a Mesa responde o que for questionado e depois a gente faz uma nova rodada.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, vou tentar ser bastante sucinto, para não ultrapassar os três minutos. É fundamental a estruturação do debate como foi sexta feira passada nessa nova regra que V.Exa. colocou.

Eu vou tentar avançar do diagnóstico e do debate, para começar oferecer alteração real, porque queira ou não queira, a gente está dentro do processo legislativo. Então, por mais

adequado que possa parecer o nosso discurso, se ele não vai para a redação legislativa, a gente fica no mesmo lugar. Então, eu queria recuperar um pouquinho aquilo que foi falado na reunião passada. Quais os objetivos? Garantir o cumprimento da promessa de prioridade aos atuais permissionários. Então, a gente sai da reunião passada com isso, como uma ferramenta original, aproveitando a *expertise*. A Colega, Vereadora e hoje Secretária insiste muito e corretamente falar da experiência de quem já lá está tem, garantir o interesse público também. Isso aparece muito nas falas. Então, há um interesse público revestido na tarefa de mercados e sacolões, gerando economia para o setor público. Então, estamos falando em ter ônus da concessão e ter investimento. Então, há o volume de recursos que ingressa no cofre público, mas há um volume de investimento que vai ser realizado por vocês. Aí me preocupa muito qualquer modelagem de vocês, como associação, porque vocês terão dificuldade de capturar recurso competitivo no mercado, porque o mercado não oferece recursos em boa dimensão para associações e sim para empresas. Aí a gente vai tratar disso no processo legal, e estimular economias das normas centralizadas da Cidade. Então, é fundamental que a gente também enxergue o papel protagonista que os mercados têm nos centros urbanos, onde estão instalados. Então, há importância para São Miguel, para Santo Amaro, para Pirituba e assim por diante.

Aqui são as matérias que ilustram, o Sr. Prefeito garantindo antes e depois da eleição a prioridade que os permissionários vão ter. Agora aqui está a proposta. Então, a gente tem que apresentar algo, que a gente saia do ambiente que a gente hoje, que é uma referência no anexo e ir para um texto de lei.

Vamos ler o texto juntos. Primeiro, as concessões precisam ser individualizadas. Não dá para você reunir em bloco, porque senão você não vai respeitar aqueles permissionários que ali estão. Então, a gente já precisa afastar uma primeira premissa, que é não dá para se fazer junto, porque senão você não vai conseguir garantir a prioridade aos permissionários. Depois da preferência dada, sem dúvida alguma, isso entra num outro regime.

E qual é a redação que a gente ofereceu? Um artigo novo. A desestatização prevista nessa lei, para mercados e sacolões dar-se-á na forma de concessão administrativa, preferencialmente através de parceria público-privado, nos casos onde estiverem presentes as condições necessárias à adoção dessa modalidade prevista na legislação.

A gente diz lá que cada unidade de mercado ou sacolão será individual. No caso de mercados e sacolões localizados em áreas contíguas, a concessão poderá prever a unificação, porque, no debate com sacolões e mercados, alguns deles falam: “Mas do lado há o sacolão”. Portanto, há uma possibilidade, que, na estruturação, mercados e sacolões estejam unidos no processo. Então, garantir que, na forma de desestatização, seja a concessão, para tratar mercados segundo a sua especificidade, aqui falado pelo Sr. Secretário.

Vamos ao próximo artigo. Será assegurado, no processo de licitação, o direito de preferência a se exercido pelos valores e condições mínimas do edital de concessão a entes privados, nos quais o controle seja exercido pelos permissionários lá estabelecidos nos mercados e sacolões, a data da aprovação dessa lei. Então, aqui estamos garantindo, no texto da lei, essa vantagem. O município vai elaborar, a partir de debates, a partir da manifestação de interesse, qual é a modelagem. Modelagem feita tem preço mínimo de investimento e tem outorga mínima. A quem isso é oferecido primeiro? Ao conjunto de permissionários. De qualquer forma, não. Estruturamos também a forma, e como é essa forma? Por controle, entende-se o poder detido por pessoas ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, sob controle comum desolado ou conjuntamente exercer, de modo permanente, os direito que lhe são assegurados, na maioria de votos nas deliberações sociais e na eleição da maioria dos administradores ou gestores que efetivamente dirigirem as atividades sociais e orientar o seu funcionamento. O que a gente está dizendo aqui? Para existir uma atividade econômica que vai administrar o mercado, a fórmula de organização de vocês tem que acender uma estrutura que permita se apresentar num edital. Para isso, tem que haver controle e é controle dos votos que vocês têm dentro do mercado, quase, metro quadrado que cada um representa vai

representar votos naquilo que a composição societária daquela empresa que vai concorrer, que vai apresentar a proposta. As condições asseguram preferência, mantida ao longo do contrato. Não estamos dizendo que é obrigatória essa existência, para durante o contrato, ser exercida essa relação com o setor público, para garantir que o setor público dialogue com o CNPJ existente. A gente avança, a gente admite diversas fórmulas, mas a gente sugere à sociedade o propósito específico. Portanto, cada um dos permissionários participará de uma sociedade de propósitos específicos, para fazer o quê?

Administrar o mercado. Quando se constitui essa sociedade, com um contrato de dez, doze anos, quinze anos, ela pode ir ao mercado que oferece financiamento para garantir duas condições objetivas. Uma é lastro para os investimentos que serão feitos nesse período curto que o Secretário aqui anunciou, e condições reais para que a outorga, aquilo que é o ônus da concessão, seja garantida pelo crescimento e pela qualificação daquele mercado. Investe-se recurso, começa a capturar mais receita, paga o investimento que foi buscar no banco e tem condições de pagar a outorga mensal. Sempre pensando que é dado aos permissionários o direito de preferência de não disputar.

Vou tentar ser o mais rápido possível, Presidente.

Para o exercício de voto aqui a gente colocou um percentual. Discutimos um pouco os mercados, mas ao que a gente chegou? Sessenta por cento daqueles que estão no mercado hoje teriam que aderir a esse modelo para ter o exercício da preferência. O Executivo pode falar sessenta e pouco, setenta, oitenta, mas a gente precisava colocar algo superior a 50%. Precisamos ter 50% mais um, no mínimo, daqueles que hoje são permissionários aderindo a um modelo como esse para poder concorrer. Ou melhor, para exercer o direito de prioridade, porque, se não exercer, aí só pode concorrer. E aí aquela questão de, não havendo manifestação de interesse, segue a questão do edital.

Próximo.

A gente trouxe outro conceito que é a competitividade e a valorização da atividade

produtiva. Não adianta a gente criar uma fórmula de transferir para os permissionários uma nova modelagem econômica, mas não ter nenhuma exigência em cima daqueles que vão administrar isso. Aqui se falou muito em qualidade, como se pode evoluir. Todos vocês querem evoluir, eu sei disso. E o Executivo quer colocar regras para controlar esse desenvolvimento. Para garantir a competitividade e o interesse nas concessões, as exigências de valores de capital a serem investidos deverão ser diluídos ao longo do prazo de concessão e auferidos em medição desses valores monetariamente atualizados.

Aqui estamos dizendo de fórmulas para a gente escrever na lei que dão garantias para o município - portanto para o cidadão que não tem essa preferência – de que vocês de fato vão fazer investimento. Então vai ter investimento e esse investimento é uma antecipação de valores para o investimento ser agora. Não é que o investimento vai ser daqui a dez anos, assumo agora e invisto daqui a dez anos. Não. Você antecipa exatamente para gerar externalidades positivas agora.

Garantindo o atendimento de prazo mínimo legal de cinco anos para concessão, poderão ser (ininteligível) de término de contrato. Aqui é exigência da legislação. A própria legislação diz o período mínimo, e aqui a gente colocou o período mínimo de contrato de cinco anos. É lógico que a modelagem máxima vai dar capacidade de antecipar pagamentos e, ao antecipar pagamentos, ter um valor robusto para o investimento inicial. Portanto a transformação não só do mercado, mas também a transformação do seu entorno, muitas vezes, como é o caso do Mercado central.

Próximo e último.

Regras de governança e participação. Pode acontecer que os permissionários não consigam se organizar, 60% ou 70%, e ganhar, conseguir dizer que eu tenho condição de captar três, quatro, cinco milhões já para no primeiro ano fazer o investimento, depois diluir isso no tempo. Por isso eu preciso dar uma forma de governança tanto para este resultado como quando não consigo montar a sociedade e fica o permissionário lá e vem outro ente privado

para administrá-lo.

Por isso a gente escreveu: Cada unidade concedida deverá ter um conselho gestor com representantes dos permissionários. Então você inicia com os permissionários, os permissionários podem ter nova relação contratual com aquele que é o dono do negócio e usuários responsáveis pela proporção e avaliação. Nós estamos falando que usuário vem também, tem o permissionário, mas tem o usuário.

Aí breves parênteses. A gente viu as matérias da Globo, a Globo ia lá e perguntava para o usuário do mercado o que ele achava e ele só elogiava: o banheiro é bom, a comida é boa, tudo é bom. Então aqui estamos apresentando uma fórmula para isso.

E fica assegurados ao longo do contrato o direito do permissionário, na data da aprovação da lei, e em especial garantida a anuência prévia da maioria dos mesmos, em cada unidade é necessária a alteração física do boxe. O que é isso? Aqui a gente tenta preservar tanto na governança, quando ela é transferida para um privado outro, como é transferida para um privado vocês numa nova formalidade...

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Vereador, por favor conclua.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – É aqui que concluo.

Que ninguém vai ser mudado sem um debate prévio, porque essa é uma das questões que muito foi falada ao longo dos últimos 15, 20 dias, de em que momento se dá a decisão de tirar alguém daqui e colocar alguém lá. Então a gente cria também essa regra de governança e participação nas mudanças.

Então trazendo uma primeira contribuição em forma de texto que garante três questões que me pareciam fundamentais: direito à preferência, governança e a forma de estruturação de hoje os permissionários, numa sociedade de propósitos específicos que, que podem, sim, exercer o direito de prioridade, portanto manter e qualificar os mercados da Cidade.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado. (Palmas)

O SR PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado, Vereador Police Neto.

Anuncio a presença da Vereadora Janaína Lima e do Vereador Camilo Cristóforo.

O próximo a falar, Sr. Marcos Marcelo de Moraes Matos. Só para avisar, aqui tem um cronômetro de três minutos, para mais gente falar. Por favor.

O SR. MARCOS MARCELO DE MORAIS MATOS – Boa tarde, Vereador Presidente Mario Covas Neto, demais membros da Mesa, Vereadores presentes, permissionários, cidadãos.

Venho a convite da União Municipal dos Mercados para falar primeiro de uma experiência do município de Piracicaba. O município de Piracicaba tem um mercado municipal com 138 boxes, e lá foi feito, em 2011, um contrato de gestão. O poder público firmou com a associação dos permissionários de Piracicaba, a partir de uma discussão, de um debate sobre como fazer a modernização e a melhoria na qualidade dos serviços prestados por aquele mercado, e chegou-se à conclusão de que o melhor caminho seria a contratação da própria associação dos permissionários, que são os que melhor conhecem a qualidade, aquilo que poderia ter de melhorias.

Até aquele momento os permissionários faziam o pagamento da taxa, a taxa ia para os municípios e acabava não havendo as melhorias necessárias que a população pedia e que os permissionários e o poder público almejavam. Após seis anos passados desse contrato de gestão, o mercado teve melhorias significativas, é um modelo no interior e acredito que, pelo porte dos mercados, é uma estrutura que deve ser observada, deve ser considerada.

Nós verificamos o PMD, o projeto municipal, a pedido do pessoal, dos participantes da União dos Mercados Municipais e verificamos a compatibilidade com esses anseios da administração pública na desmobilização. O contrato de gestão, muito embora ele não seja o instrumento ideal para captação de recursos, é um procedimento que possibilita parcerias profícuas com o privado, em consonância com o poder público.

O Município de São Paulo já tem uma legislação de organizações sociais, bem

elaborada, por sinal, e que traz instrumentos na constituição e na organização das associações com um controle efetivo, principalmente permitindo que se criem planos de investimentos, planos de participação e planos de melhoria na gestão de cada mercado.

Na visão do mercado de Piracicaba, uma cidade que é administrada pelo Prefeito Barjas Negri, que em 2011 estava no seu primeiro mandato e que organizou esse modelo, acabou-se tendo um sucesso muito positivo. Hoje a sociedade tem grande orgulho daquele mercado e sem dúvida é um modelo para o interior, para o estado e para todo o Brasil.

Então eu gostaria que se considerasse esse modelo, que vocês o conheçam e que a administração pública de São Paulo também confira (ininteligível) para estudarmos um pouco melhor os modelos pelos quais podemos fazer a desestatização dos mercados. Esse modelo privilegia a participação dos permissionários sem a pressão da concorrência, já que é um modelo de escolha, já que a contratação do modelo de contrato de gestão, na legislação de licitações, ela dispensa a licitação para contratação de organizações sociais.

Era isso. Muito obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

Sra. Paula Vicente Raposo, do Mercado do Tucuruvi.

A SRA. PAULA VICENTE RAPOSO – Boa tarde. Meu nome é Paula. Sou permissionária do Mercado Municipal do Tucuruvi. Saúdo as Sras. e os Srs. Vereadores, em especial todas as empresas permissionárias presentes.

Gostaria de iniciar dizendo que estamos muito apreensivos com a situação que nos foi colocada. Poderia também iniciar contando toda a trajetória familiar ao longo de mais de seis décadas, a história de luta de todos. Mas creio que hoje não tenho que falar disso, e sim de números. Saibam, senhoras e senhores, que somente nos últimos seis anos, entre custos fixos – funcionários, água, luz e outros -, custos variáveis – manutenção, produtos de higiene, dedetização - e investimentos – pintura, segurança, entre outros – foram aplicados mais de seis milhões de reais, sem contar os devidos impostos pagos. Isso demonstra a capacidade de

festão de nossa associação. Mais do que isso, temos um planejamento para reformar e trabalhar nos próximos cinco anos.

Também gostaria de dizer às Sras. e aos Srs. Vereadores que não temos condições de competir com os grandes empresários, banqueiros. E peço a compreensão de todos no sentido de olhar para os permissionários como empreendedores que querem gerir o que é do povo, considerando as particularidades de cada um e de cada mercado. Gostaria também de convidá-los a comparecer no Mercado Municipal do Tucuruvi e conhecer o nosso espaço, porque, assim como em todos os mercados, cada um tem sua particularidade. Temos que olhar cada mercado como cada um.

É isso que eu teria para dizer. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado.

Tem a palavra quem vai responder esse primeiro bloco.

O SR. WILSON POIT - Quero agradecer as contribuições do Vereador Police Neto, que inclusive já entregou uma cópia do trabalho, ao Marcos Marcelo e à Paula Raposo; dizer que estamos estudando realmente exemplos de outras cidades, de sucesso e de insucesso; vamos olhar com carinho o exemplo de Piracicaba; e dizer para D. Paula não ficar apreensiva, que este tipo de audiência é o momento justamente de a gente conversar.

Nós também somos empreendedores, respeitamos a história empreendedora da família e sabemos das condições de concorrência. Acho que a Casa tem contribuído muito para isso, do valor que vocês têm, cada um dos seus negócios e isso será respeitado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Vereador Ricardo Nunes. Em seguida, Juscelino Gadelha, ex-Vereador, e Oscar Perone, do Mercado Kinjo.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado. Quero saudar a Mesa na pessoa do Zuzinha, Vereador Mario Covas Neto, e os demais colegas na pessoa da Vereadora Aline Cardoso, que é a atual secretária.

Vejo com bastante alegria a mobilização de todos vocês. Audiência pública com a participação das pessoas nos deixa muito felizes, nos dá bastantes subsídios sobre o que temos defender, para um lado ou para outro.

O trabalho que o Police fez foi fantástico. Parabéns, Police. Sempre muito dedicado.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Tem um grupo de vereadores, estamos até chamando mais gente. Não fui só eu, mas de dez vereadores participaram da elaboração.

O SR. RICARDO NUNES – Sim, mas você que fez a apresentação e a ideia de já trazer em formato escrito. Você é sempre muito dedicado e é importante deixar isso registrado para os presentes.

Secretário Wilson Poit, o PL 367 trata da bilhetagem, de que a Prefeitura tem um gasto anual de 107 milhões de reais para fazer a administração. Fazendo a concessão desse produto, a Prefeitura pode deixar de gastar 107 milhões de reais por ano e ainda arrecada um bilhão, 1,5 bilhão, e ainda melhorar o sistema de controle de fraudes. Então está muito claro o benefício para a Cidade.

A questão do Pacaembu é outro projeto separado, mas a gente tem um gasto anual muito grande. O Pacaembu não é tão utilizado, porque o Palmeiras criou o seu estádio, o Corinthians, o seu. Então era muito utilizado, hoje é um espaço público que se tem condição de fazer a concessão.

Outros tantos temas tem muitas justificativas. O Autódromo, o gasto que tem - 45 milhões para montar as arquibancadas quando tem corrida; 5 milhões para manter *guard rail* e pneu; 130 milhões, a última reforma que teve no ano passado - é muita despesa para a Prefeitura. Por que estou falando desses casos? Porque o 367 também trata dos mercados e eu não vejo, Secretário, justificativa para colocar os mercados dentro do PL de concessões. (Palmas) Os mercados estão funcionando, têm – se não me engano – 8 milhões de (ininteligível) por ano. Esse dinheiro poderia ser reinvestido para o banheiro não estar sujo,

naqueles que têm o banheiro sujo. Aonde eu vou, Santo Amaro, é tudo limpinho.

Então eu acho que precisa fazer alguma legislação específica em relação aos mercados, definir que não é só boxe, que hoje na realidade não é só boxe, tem restaurantes bons. Em Santo Amaro tem o melhor bife à rolê de São Paulo, Secretário. (Palmas)

A minha contribuição, Secretário Wilson Poit, é que eu sou defensor número um aqui das concessões e privatizações, é algo com que a cidade avança. O Prefeito João Doria nos dá a grande oportunidade de ter uma visão de São Paulo nova. Mas nos mercados municipais eu não vejo justificativa para ser feito, precisaria tirar os mercados do PL 367 e discutir uma legislação específica com relação ao que vai ser feito. Criar um fundo para administrar, fazer as reformas, alguma coisa desse tipo.

Era essa a minha observação e deixar o meu apelo da questão de Piracicaba que foi colocada aqui, pode ser uma boa ideia. Obrigado. (Palmas)

—————
O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o ex-Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA – Boa tarde a todos, queria cumprimentar a Mesa em nome do Mario Covas.

Queria colocar um aspecto do Police Neto que apresentou. Tem uma lei, essa lei está muito vaga, na verdade não sabemos o que vai acontecer. Para ser objetivo, poderia se montar uma comissão de vereadores junto com o poder Executivo para pensarmos num substitutivo em cima dessa lei, da concessão dos mercados e sacolões.

Por quê? A gente conhece, sabe o que acontece, sabe as melhorias que têm de acontecer, sabemos o que tem de fazer para melhorar. Por que não passar isso para as associações dos mercados municipais da cidade de São Paulo?

Por meio disso, no futuro, na lei colocaríamos uma cláusula dizendo que as concessões serão prioridade para os permissionários. Depois disso, vamos montar o que for feito, estacionamento, melhoria dos banheiros, melhoria dos boxes. Ver qual é o montante do

dinheiro. As associações podem ir lá fora pegar esse dinheiro, trazer para nós. Quer dizer, os permissionários serem realmente as pessoas que vão cuidar do mercado e estão cuidando há 90, 100 anos.

Nesse sentido, pelo a V.Exa. para caminharmos e pensar num substitutivo. Se deixarmos do jeito que está, se passar a lei do jeito que está, não sabemos o que vai acontecer, não temos visão. Ou os vereadores desta Casa realmente ajudem os mercados, pensar o que vamos fazer por meio de um substitutivo, se não tiver, do jeito que está não nos interessa.

Vou dizer que a associação está de parabéns, primeiro, cada vez aparece mais gente aparecendo para acompanhar não só os trabalhos da Câmara, mas também a discussão que está acontecendo. Na Potsdam, todos os boxes têm de fechar e trazer seus funcionários para cá. (Palmas) Para começar a sentir realmente o que está acontecendo, o que pode acontecer.

Na minha avaliação eu tenho o caminho do Vereador Police Neto, apresentou uma proposta, eu não sei ainda se essa é a melhor proposta para nós, mas é uma proposta e em cima dela vamos discutir com associações para quando for votado em segunda discussão seja uma proposta de um substitutivo que possa ter a estabilidade e a confiança para os permissionários trabalharem sossegados. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Oscar Peroni, do Mercado Kinjo Yamato.

O SR. OSCAR PERONI – Boa tarde a todos, quero deixar bem claro a posição do Mercado Kinjo. Estamos fechados com a UNA, nas mesmas ideias, estamos alinhados com os mesmos propósitos.

Eu queria chamar o Secretário a fazer uma visita ao nosso mercado. Minha família já está lá há mais de 40 anos e estou cansado de ver Secretário, Prefeito, Vereador ir no Mercado Municipal Paulistano e não atravessarem a rua para ver o mercadinho, conhecer os

nossos problemas. Quero deixar bem claro que não tenho nada contra o Mercado. Inclusive eu sou permissionário no Mercado e o Marlon é meu amigo pessoal. Então, não tenho nada contra o Mercado, estou vendo o meu lado, do Mercado Kinjo Yamato.

Eu tenho uma dúvida muito séria. Em caso da concessão ser concretizada, quando poderia vocês darem garantia sobre a oneração em cima dos permissionários? Porque no meu mercado, o Kinjo Yamato, eu posso dizer que lá o dono é o que vai no mercado do Ceasa comprar, fazer a sua compra, é o mesmo que carrega, é o mesmo que vai vender porque ele não tem condições de pagar um funcionário. Então, em caso de onerar esse pessoal, que tem mais de 30, 40 anos nesse mercado, e vive daquele pão sofrido, se onerar, com empresa ganhando a concessão, é claro que não adianta vocês falarem que não vai, que vai ficar o mesmo preço, porque não vai. Eles vão colocar dinheiro e vão querer um retorno. E nesse retorno vocês vão acabar com a história de um monte de gente que tem lá. Vão colocar na rua 70% do mercado. Era isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Apenas para anunciar a presença do aniversariante do dia, Vereador Donato, meus parabéns. (Palmas)

E também dizer para aquelas pessoas que estão em pé que está sendo transmitido simultaneamente no térreo, caso vocês queiram lá tem lugar para sentar, ao invés de ficarem aqui em pé.

Tem a palavra a Secretária.

A SRA. ALINE CARDOSO – Queria agradecer seis pessoas, vereadores e cidadãos que contribuíram, faço minhas as palavras do Wilson. Não temos nenhum problema em analisar modelos, eu disse para vocês com muita humildade que desde que cheguei eu tenho estudado muito o assunto, faz parte das minhas responsabilidades. Tenho visitado os mercados, aliás, eu passei na frente do Kinjo, este final de semana, e já coloquei na minha agenda que é um que tenho de visitar porque não conheço. Não tenho nenhum problema em dizer que não conheço e ir conhecer. Quanto a isso não há nenhum problema.

Uma coisa que é importante ressaltar é que no PMI, esse estudo que temos falado para vocês, serão analisados os 14 mercados. Isso é uma coisa que foi dito pelos grandes especialistas não só da prefeitura, mas de escritórios de advocacia, que talvez nem precisasse estudar os 14. Se pegássemos apenas uma amostra que contemplasse todos os tipos de mercado, com características próximas, já seria o suficiente.

Ainda assim, nós, liderados pelo Wilson Poit, pelo Sérgio, chegamos à conclusão que seria melhor analisar os 14, também para dar a vocês essa segurança de que essas características de cada um estão sendo consideradas nesse estudo inicial. Então, acho que isso é mais uma vitória e para os mercados que, como foi dito aqui, que acham que não estão sendo analisados da mesma forma, isso traz mais uma segurança, porque os 14 vão estar no PMI.

Quero dizer para a Paula que você fez um comentário que somos todos empreendedores, a minha secretaria não é só abastecimento, é secretaria do empreendedorismo. E o Prefeito João Doria vem do mundo empreendedor, é um prefeito empreendedor, ele sabe e respeita. O Wilson liderou grupos de empreendedores, não só ele é empreendedor, então, temos essa noção e esse respeito à condição de empreendedores de cada um de vocês. Isso vai ser respeitado, assim como os direitos dos cidadãos, da Cidade, por isso que falamos que temos de encontrar um ponto de equilíbrio para que vocês, empreendedores, façam suas propostas, com suas experiências e conhecimento, dentro do melhor interesse da Cidade.

E vocês sabem fazer isso, vocês investiram 6 milhões de reais em melhorias do mercado. Gente, vocês sabem fazer, mas vocês têm de estruturar isso como uma proposta, que siga os trâmites legais. Então, tudo que vocês estão dizendo aqui vai indo ao encontro de um possível modelo bom para todos.

Acho que as contribuições do Vereador Police Neto, com o grupo de vereadores, sendo analisadas talvez possam dar maior segurança. Juscelino, acho que uma comissão de

trabalho, de estudo é sempre positiva. Aliás, conversamos aqui e vou falar no microfone o que falei para você. Não tenho problema em receber vocês para conversar também. Não tem um auditório tão grande na minha secretaria, mas juntem um grupo de pessoas e vamos conversar, não tem nenhum problema.

Agradeço a todos e vamos para a próxima rodada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Vereador Tripoli. Em seguida, peço para que se dirija ao lado direito, Laerte Brasil e Rogério Drigo.

O SR. REGINALDO TRIPOLI – Boa tarde a todos, é um prazer estar aqui com vocês, em nome do Vereador e presidente da comissão, Mario Covas Neto.

Vou falar muito rápido, até porque não é minha área dos mercados, de privatizações e concessões. Acho que todos sabem que minha vem muito da questão da proteção animal e do meio ambiente, mas queria pontuar algumas questões.

Uma delas é a questão cultural dos mercados. O mercado hoje tem hoje uma profunda questão cultural dos bairros, das regiões e das famílias que ali trabalham. Quando o Secretário Poit fala para não nos preocuparmos, desculpe, mas devemos nos preocupar sim. (Palmas)

Acho que devemos nos preocupar, porque apesar do Prefeito João Doria ser muito sensível, falo isso porque tenho tido contato nesses seis meses, é uma pessoa que escuta todo mundo, ele ouve. Esse secretariado que pela primeira vez, apesar de não ter sido vereador nas outras legislaturas, eu vejo que é um secretariado que se fala, que se comunica, isso é muito importante para todas as áreas de São Paulo.

Eu acredito que precisamos nos preocupar sim, acredito que a maioria dos vereadores, muitos deles presentes, o Police tem até dirigido um trabalho conjunto com todos, acho que tem uma grande maioria que pensa da mesma forma com relação aos mercados. Eu também acho que os mercados têm de sair dessa situação, se descolar, porque você não pode tratar o Mercado da Lapa como o Mercado de Pirituba ou o Central, que é muito diferente. Tem

mercados que são deficitários, a maioria deles, para a prefeitura. Então, é muito difícil você colocar tudo num pacote só. Acredito que podemos criar uma solução de melhora para os mercados. Os mercados hoje, posso falar muito do Mercado da Lapa, que é onde nasci no bairro de Pompeia, eu cresci frequentando, eu conheço várias pessoas do Mercado da Lapa. Eu vejo que é um mercado que há décadas investem do próprio bolso. A prefeitura praticamente não faz nada lá.

Então, não estou falando em favor deste ou daquele. Mas precisamos trabalhar na construção de uma melhora para todos os mercados, mas jamais desprezar todos os que construíram os mercados. Não dá para competir numa mesma forma uma multinacional e uma associação de mercado. (Palmas)

Então, eu gostaria de deixar uma mensagem que hoje na Câmara Municipal temos 22 novos vereadores, temos dez mulheres, a querida Aline, uma pessoa que trabalha muito. Ela nos deixou para ir à Secretaria, eram 11 mulheres. Isso é muito importante, essa questão é partidária, não existe partido para tratar desses assuntos. Acho que estamos tratando da população no geral, de pessoas, de famílias e da cultura da cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou da Unesca, uma universidade moderna que está sendo organizada em 95 países. Ela tem duas organizações que é a Uniglobal Empreendedorismo, uma central de empreendedores e permissionários no mundo todo e a outra é a Uniglobal que é uma central sindical moderna que é contra o imposto sindical, que é cobrado todo ano sem a permissão da classe trabalhadora. Acho que as entidades sindicais e a central têm de ter metas, trabalho e que o trabalhador de cada entidade sindical possa contribuir individualmente e não forçada.

E a grande missão, primordial, dessa organização é defender a integração entre os poderes públicos e privados e as organizações civis, uma parceria avançada por direitos

sociais.

Mas voltando aqui para os mercados, a nossa tese diz que nenhum permissionário pode ficar para trás da concessão que será apresentada futuramente. E se vier, o nosso objetivo é dar condições para as associações de permissionário de cada mercado para participar das licitações democraticamente e universalmente.

E se ganhar uma empresa de fora, o edital deve ter o objetivo de que a empresa que ganhar tem de ter um conselho administrativo com 15% de cada permissionário, de cada mercado e ter direito a voto no conselho. Era o que tinha a dizer, obrigado pela palavra.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Rogério Drigo.

O SR. ROGÉRIO DRIGO – Boa tarde a todos, a Mesa. Não tem muita coisa para falar. O que pensamos muito aqui é o que vai acontecer conosco. Estamos vendo os discursos, está muito bonito, vamos ver se vai acontecer. O meu medo é isso que muitos já falaram, todos que estão no mercado têm esse problema do que vai acontecer, não conseguimos nem explicar. O medo é ficarmos sem, ali está o nosso futuro, nossa vida, nosso passado, está tudo ali.

O que pergunto é: as associações já cuidam dos mercados, por que não podemos continuar cuidando apenas com o dinheiro do Poa? Se a gente tivesse o dinheiro do Poa, a gente deixava esse mercado lindo, banheiro do shopping, fazia tudo isso que a gente precisa que é para os nossos clientes.

E outra coisa que podemos pensar: hoje a gente é associação, se a gente tiver o dinheiro do pow (?), a gente vai virar empresa porque a gente vai buscar fora, se a gente tiver essa concessão para nós, a gente vai buscar dinheiro fora, pega o Bradesco, pega todo mundo que a gente puder e a gente vai botar dinheiro no mercado, que é o que a gente quer, entendeu?

Assim a gente fica com muito medo por nós, pelos nossos funcionários, porque

para juntar todo mundo ali, como ele: vamos trazer todos os funcionários e todos os permissionários, não vai caber aqui, porque é muita gente.

Não sei que parte cabe para eles. Eles têm uma arrecadação de 8, gastam 1 ou 1,5. Acho que é isso. O medo da gente é esse. Não sei o que vai acontecer. A gente precisa estar junto sempre, na elaboração de tudo, para a gente poder continuar aqui, porque, se não, só Deus para ajudar a gente.

Não tenho muito o que falar. É só isso. E agradeço a presença e todos mesmo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Então, vamos lá.

Há um pedido que se faça mais uma rodada para mais gente falar.

Então, o Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Boa tarde, Sras. e Senhores, Presidente Mario Covas Neto, Secretária Aline, Secretário Wilson Poit.

A minha fala vai ser dirigida mais à preocupação que nós temos de conhecer esse processo legislativo. Aqui na Casa estou no meu 6º mandato, tem vários Vereadores com 3, 4, 5, 6 mandatos, e a nossa preocupação é não se arrepender depois daquilo que a gente faz, às vezes, num determinado momento porque o momento parecia bom.

Nós temos aqui histórias de vida. Famílias inteiras que dedicaram toda a sua vida, todas as gerações estão lá. A criança cresce dentro do box, cresce; depois, fica dono; casa li mesmo no mercado e vive tudo isso.

Lá no interior, na terra onde nasci, em Uberaba, minha família também teve e ainda tem no mercado da cidade. Nós fazemos parte da história da cidade. Quem quiser conhecer o que é uma cidade, em qualquer lugar do planeta, vá, primeiro, conhecer o mercado municipal.

Eu conheço, Wilson Poit, dois exemplos extremos: o mercado de Barcelona e o mercado de Havana. Quando você entra em um e entra no outro, você sabe, exatamente, como está a economia e como vive aquele povo.

O mercado de Barcelona, em termos de riqueza, o nosso recado aqui é tão rico quanto; a beleza, não. Falta reforma, falta muita coisa.

Mas nós temos que pensar duas situações, Wilson. Eu acho que é este momento importante para tratar. Nós temos os mercados instalados, e eu não vejo outra forma a não ser manipular do ponto de vista aberto, aqui ó, para a câmera da *Globo* ver bem claro, gravado, tratar a lei de tal forma que nós vamos escrever direitinho como é que nós podemos fazer para os mercados ficarem com os permissionários.

Lei de Licitação, geralmente, ela é burlada no Brasil inteiro. E ela é burlada, geralmente, nos conchavos, feita de madrugada etc., no escuro. Isso nós não queremos.
(Palmas)

Nós queremos é deixar bem claro: tem 14 para, especificamente, buscar entre vocês os melhores projetos e, depois, Wilson, seria muito interessante, o melhor projeto seria aplicado para todos, mas, de tal forma que dê segurança, porque, uma hora dessas, a gente fica imaginando o Sr. Abílio Diniz, o Carrefour, (Palmas), todos estão de olho, todos.

Até eu, que sou médico, gostaria de ter um, mas, veja bem: eu falei que sou médico porque o prédio hospitalar e o prédio do mercado têm o mesmo tipo de desgaste, dado o volume de pessoas que circulam por lá. E nós, em gestão hospitalar, dedicamos 2,5% do valor do prédio, do valor físico do prédio ao ano, para manutenção permanente para que ele fique bonitinho no ano todo.

Você entra num hospital particular ele está todinho limpo e encerado. Nós gastamos exatamente isso.

Então, um hospital que vale hoje 300 milhões para construir, um hospital simples, ele gasta de 6 a 7 milhões por ano, só para manter as paredes bem pintadinhas e tudo arrumado. Então, essa é uma situação delicada, e aí, Wilson, nós poderíamos evoluir para um segundo momento na própria lei.

Nós só temos 14 para 32 Subprefeituras, somando Itaquera com São Mateus, tem

mais de um milhão de habitantes que não têm um mercado.

O Vereador Ricardo, agora há pouco, falou: do Jabaquara para baixo, não tem nenhum.

Então, os novos mercados poderiam ser construídos em parceria público-privada. Ai, sim, nós poderíamos chegar, quem sabe, a quase o dobro, sem atrapalhar o movimento de ninguém daqui. (Palmas)

Porque ninguém... a Paula falou, agora há pouco, do Tucuruvi, ninguém sai do extremo do Jaçanã, da Casa Verde, da Cachoeirinha, para ir até o Tucuruvi. O Tucuruvi, por si só, o movimento que tem basta e é mais do que suficiente. Nós temos 12 milhões de habitantes.

Portanto, Vereador Mario Covas, eu acho que é um momento bastante interessante. Nós precisamos ter bastante cautela. Nós somos favoráveis a esse processo, mas, também, nós precisamos fazer aqui e agora a nossa meia culpa, só tem trinta segundos: por que é que nós chegamos até aqui até agora? Porque nunca tivemos uma política de abastecimento. Nunca. Alguém aqui se lembra de ter ouvido alguém falar em política de abastecimento, de acompanhamento de vocês? Não. Pelo contrário, vocês se lembram, com certeza, de um numero de administradores de mercado que vocês jamais gostariam de vê-los de novo. (Palmas)

Eu sei que eu nunca tive a oportunidade de indicar um administrador de mercado, mas, com certeza, eu tenho um monte deles que eu não gostaria de vê-los mais. É impressionante o grau de incompetência desse pessoal.

O camarada chega. Ele nunca lidou com a aquilo. Apresentaram para ele todos os problemas – e é extremamente complexo, basta ver que o problema do mercado já começa com a cabine primária: nunca funciona, distribuição de energia, fio velho, problema de hidráulica, tudo antigo. É uma estrutura muito antiga.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Concluindo.

O SR. PAULO FRANGE – Concluindo, eu gostei muito do que foi dito até agora. Acho que é coerente. Nós aqui não estamos fazendo política com vocês. Os colegas que estão se colocando aqui estão colocando um retrato de que todos nós somos usuários desses mercados. Amamos os nossos mercados. Quem não gosta do mercado do seu bairro?

Mas nós gostaríamos muito de poder produzir, e eu tenho certeza que esse é o desejo do Secretário e o desejo do Prefeito também, de construir um texto que possa dar garantia para vocês, para que São Paulo possa, realmente, evoluir nesse processo.

Nós precisamos, sim. Todos aqui concordam, mas temos que melhorar. Mas nós precisamos melhorar com segurança.

E já deixar claro como é que serão os próximos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – O Sr. Otávio Anísio Amaral Ramos, morador do Tucuruvi, tem a palavra. Em seguida, a Sra. Miriam Palária, do Mercado Municipal Teotônio Vilela.

O SR. OTÁVIO ANÍSIO AMARAL RAMOS – Bom, boa tarde a todas e todos.

Eu queria falar, viu, Vereador Paulo Frange, porque o senhor citou o Eike Batista, o senhor imaginou a JBS, com a aquela mala cheia de dinheiro, fazendo parte da licitação dos mercados. (Palmas)

Eu acho que nenhum permissionário aqui teria chance com relação a isso. (Palmas)

Vereador Presidente da Mesa, falar em privatização neste país é meio que falar de corda em casa de enforcado.

Porque falar de privatização neste país não é falar de transparência. As privatizações nunca tiveram a transparência que o povo brasileiro gostaria de ver, não é?

E, para o seu Manoel continuar vendendo a *braciola* dele, para poder anotar naquele papelzinho de pão que ele tem lá no mercado, Secretária, ele precisa saber se, de fato, ele vai ser o real detentor dessa permissão. Não está claro isso. Não está claro isso.

Eu acho e penso também que, se os Vereadores têm compromisso, que se isso de fato se concretize, eu acho que não dá para ficar na fala de 'passa no meu gabinete que a gente conversa', não é?

É ser muito claro e objetivo, porque, na hora do voto é dizer 'nós somos contra esse modelo que não permite que os permissionários continuem exercendo a sua permissão, continuem trabalhando como permissionários'.

Porque flertar, dessa maneira, com o poder econômico, é muito temerário, não é? Porque não está colocado e não tem nenhuma garantia que, nessa possível concorrência, está lá, de fato, garantido que o Sr. Manoel vai poder continuar vendendo as *braciolas* dele.

Então, eu queria dizer que, convocar, como foi dito aqui pelo Vereador Arselino, que são vários permissionários; se o Prefeito é tão sensível assim, como também disse o Vereador que me antecedeu, eu acho que tem bastante gente, os funcionários desses permissionários, essas famílias todas, podem estar sensibilizando o Prefeito, sim. É olhar com carinho, porque, se é para revitalizar, se é que é para trazer público, para se movimentar, só se melhorar a crise econômica, porque, do restante, esses permissionários sabem muito bem o que fazem lá, como disse aqui a colega do Tucuruvi, Ana Paula. Ela foi muito peculiar no que ela disse, muito sutil no que ela disse. Eles sabem fazer o que tem que ser feito.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

A Sra. Miriam Palária, do Mercado Municipal Teotônio Vilela.

A SRA. MIRIAM PALÁRIA – Boa tarde a todos. Cumprimento todos os Vereadores, Secretários.

Eu gostaria, nesta oportunidade, de estar colocando que, ontem, éramos apenas 816 permissionários individualmente. Hoje, nós somos um grupo que está empenhado nesse processo, buscando soluções que tragam as mudanças e as revoluções necessárias, que nós somos os primeiros que estão almejando, porque, quando conversamos com o Doria, ainda

candidato, nós colocamos que os mercados estavam abandonados.

Mas, com o andar dos acontecimentos, a gente começou a perceber que essa transformação, essa mudança, poderia trazer impactos que, talvez, nem todos consigam arcar. Esse é o nosso medo.

Quando a gente fala em concessão, licitação, a gente entende que é baseado numa proposta, quem oferece mais. Até hoje, nós não sabemos quem está interessado dos mercados, mas nós acreditamos que grandes grupos estão interessados.

E é por isso que a gente vem pleiteando, a gente vem exigindo o que o Doria falou na época, enquanto ele era candidato e reafirmou, depois, como Prefeito de São Paulo: que primeiro, seria oferecido aos permissionários, se eles tinham interesse em fazer essa gestão, que já é feita hoje por eles.

Até agora, eu não sei se, juridicamente, essa preferência pode ou não pode. É por isso que a gente tem buscado os Vereadores, tem pedido para eles nos darem um texto de lei que consiga garantir essa preferência e que, se não conseguir garantir essa preferência, que nos garanta que a gente não vai ficar sujeito a um terceiro, um investidor, que, num determinado momento, ele coloque um preço que a gente não possa arcar.

Nós, unidos, organizados, engajados, estamos tentando entender todo esse processo.

Ontem, éramos apenas comerciantes, donos de peixaria, padaria, floricultura, mercearia, hoje, a gente é um grupo que tem que olhar a gestão de algo público.

A gente cuidava, como Associação dos Mercados, mas ainda naquele nosso olhar de comerciante. Hoje, a Prefeitura vem nos exigir que a gente olhe, queira se colocar nessa concorrência como um agente público, que a gente ainda não tem conhecimento de todo esse caminho.

Então, a gente pede que se forme um grupo de trabalho, onde as associações estejam presentes, de preferência, um representante de cada mercado, para poder trazer as

suas particularidades; chame, também, se for, os sacolões, que é uma outra realidade, diferente do pessoal de mercado, junto com os Vereadores, junto com o pessoal da Secretaria, tanto do Trabalho quanto da Desestatização, para que a gente possa analisar com calma, com um tempo capaz de tirar todas essas dúvidas e enxergar o melhor modelo. Que haja uma discussão. Até hoje, ainda não houve uma discussão entre permissionários e os representantes, a gente só vem escutando. Não estamos sendo escutados.

Até que ponto as nossas colocações estão sendo escutadas?

O objetivo é o mesmo: a gente quer exercer a prioridade prometida e alcançar o objetivo que é o mesmo que a Prefeitura tem de ter mercados melhores, os permissionários têm de oferecer mercados melhores, porque a gente está lá todos os dias, sete dias da semana, às vezes, até 12 horas por dia, e nós temos capacidade para fazer essa gestão.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Conclua, por favor.

A SRA. MIRIAM PALÁRIA – Bom, é só isso. Encerro neste momento mesmo.

Muito obrigada pela oportunidade. (Palmas)

O SR. WILSON POIT – Eu queria agradecer a contribuição de todos. Dizer, como falamos aqui na última audiência, que esse é um momento especial. Eu acho que nós estamos num momento muito interessante. Não sei se vocês tiveram outras oportunidades de discutir abertamente o vosso negócio desta maneira, de pensar em progredir, em melhorar as condições do mercado.

A palavra do Prefeito João Doria é a mesma. Tanto que já foi dito aqui na última reunião e foi repetido: quando era candidato, depois que venceu e agora.

Ele quer a melhoria das condições dos mercados existentes e dos sacolões, porque a Prefeitura sabe que precisa de algum investimento, e o investimento que a gente estimou em torno de 90 milhões para todos e não é a prioridade do dinheiro da Prefeitura e do dinheiro público ser investido aí, e, sim, no que a Cidade está mais precisando que é saúde, educação, habitação e segurança.

Então, uma audiência como esta lotada, com gente do lado de fora, utilizando o telão, ouvindo tanta gente, a gente só tem que agradecer; dizer que nós estamos aqui, tanto eu quanto a Secretária Aline ouvindo, a nossa equipe anotando tudo, vamos levar isso ao Prefeito.

Acho que temos contribuições dos Vereadores, e vamos encontrar o melhor modelo. Um modelo que garanta que essa preocupação de vocês diminua e que vocês entendam, como pediram para o Prefeito durante a campanha melhoria nos mercados, que a gente está aqui, democraticamente, procurando o melhor modelo. É um modelo diferente do Pacaembu, um modelo diferente da Bilhetagem, mas é, sim, uma concessão. E vocês mesmos já nos disseram em outras oportunidades que todo Prefeito que entra ou todo novo Secretário que entra, entra em discussão.

Acho que está na hora de nós termos uma ampla discussão como agora, a votação de um projeto com a contribuição dos Vereadores e vossas, porque aproveitar esse momento.

E acho que não estamos, já dissemos várias vezes, algumas vezes é usada a palavra aqui: não estamos falando de privatização de maneira nenhuma.

Nós estamos falando de concessão por um prazo determinado. Jamais de privatização. Estamos falando de muita transparência. Não estamos falando em tirar os permissionários e permitir a participação de vocês. Dizer que estamos ouvindo tudo e tudo isso vai chegar ao Prefeito João Doria e vai ser discutido aqui na Casa, que tem se reunido toda semana eu estou aqui, praticamente, todos os dias para melhorar esse PL e chegar em alguma coisa que seja boa para os empreendedores, para a Prefeitura e para os vossos clientes: a população de São Paulo e os turistas.

Obrigado por tudo que vocês estão contribuindo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Obrigado.

Com a palavra o Vereador Zé Turin; depois, o Sr. Marlon Madureira Tavares, do Mercado Paulistano e Frederico Loureiro do Mercado de São Miguel Paulista.

Nós temos só 15 minutos para encerrar a reunião, portanto, especialmente os

Vereadores que se inscreveram aqui, estamos fazendo o possível para todos falarem, mas alguns vão, lamentavelmente, ficar de fora.

Anuncio a presença do Vereador Fabio Riva.

O SR. ZÉ TURIN - Cumprimento o Vereador Mario Covas Neto, nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; a nossa Colega, e hoje Secretária do Trabalho, Aline Cardoso; nosso Secretário Wilson Poit; os demais colegas que compõem a Mesa; nossos Colegas Vereadores e Vereadoras. Saúdo a presença de todos.

Fui procurado por Paulo, colega e amigo, também do ramo de atividade do qual faço parte – comércio varejista de carnes. Vamos tomar muito cuidado, sim, com a questão da concessão dos mercados.

Eu, como comerciante, sofrendo como a maioria de vocês, digo que eu sou contrário à concessão dos mercados porque funcionam muito bem na cidade de São Paulo. Embora não tenha feito campanha dentro dos mercados, mas estamos aqui, sim, o grupo. A maioria dos Vereadores desta Casa tem discutido, sim. O Police tem encabeçado e nos procurado para discutirmos uma alternativa para garantir o espaço de cada um de vocês.

E fazendo parte da CPI da Feirinha da Madrugada, quero dizer que o Targilene, esse é o sobrenome dele, esse é o homem que vem querer ser rico, bilionário, diz a todo instante que é o maior idealizador de shoppings populares do país e quer expandir isso para fora... E aqui se falou do Carrefour, nosso Colega Paulo Frange, falou do Extra. Mas a minha preocupação: olhem as lojas da Swift, também concorrendo, a cada dia que passa, sem recolher impostos na Capital e no País. Não paga imposto. Esses, sim, têm valor pelas nossas autoridades, por nossos governantes. Agora, quem mais paga imposto, neste país, são os pequenos e médios comerciantes. Ou seja, estou na posição de cada um de vocês...

- Aplausos.

O SR. ZÉ TURIN - porque, há quase 30 anos, faço parte do comércio. Eu sei da dificuldade. Imagino, hoje, o quanto vocês estão sofrendo ansiosos, para saber dos nossos

Secretários, do nosso Prefeito, qual a decisão.

Espero, e peço encarecidamente, para que seja estudada uma forma de manter vocês como permissionários da forma como estão hoje. Funciona bem, tem dado retorno, tem dado lucro, por que mexer?

Então, que as associações, as que estão estruturadas, que possam manter, hoje, na administração dos mercados. Não vejo porque alterar, Secretária Aline Cardoso e Secretário Wilson Poit,... Não vejo porque colocar empresas que, hoje, não recolhem impostos, empresas gigantescas. Porque a maioria das empresas, neste país, as maiores, quanto mais se expandem, menos recolhem impostos. Têm escritórios enormes de Tributaristas para defender no Judiciário, para manter e mascarar esses impostos. E nós ali, com muito sacrifício, muita luta e dificuldade, pela crise econômica que enfrentamos hoje, pagando, sim, e muitos impostos.

Então, tem de olhar com muito carinho.

Eu peço aos Colegas Vereadores e Vereadoras desta Casa, que já estão empenhados, que não deixem a questão da concessão dos mercados de lado.

E também quero aqui lembrar a questão muito séria sobre a concessão que vem aí, dos terminais de ônibus. Secretário Wilson Poit, digo que sou contra. O meu voto será contrário à construção de shoppings dentro dos terminais de ônibus. Pode se construir creches, hotéis, menos shoppings. Assim, vai acabar, de uma vez por todas, com o comércio local. E pode ter certeza de que mexerá, também, com o comércio dos mercados principais.

Muito obrigado.

- Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sr. Marlon Madureira Tavares.

O SR. MARLON MADUREIRA TAVARES - Boa tarde.

Agradeço essa mobilização que a Una fez. Eu acho, um pouco, tanto injusto que tenham mais 100 pessoas lá embaixo, nos assistindo pela televisão. Acho que em uma

audiência pública, todos deveriam participar. Entendo que aqui está cheio e entendo a questão da segurança. Mas se tiver uma outra, faça no Pacaembu, porque nós vamos encher aquilo lá.

- Aplausos.

O SR. MARLON MADUREIRA TAVARES – Eu sou um dos iniciantes da Una, que é a União das Associações. E isso começou com dificuldade, devagarzinho. E hoje, com muito orgulho, eu falo que conseguimos toda essa mobilização.

Então, parabéns para vocês que compareceram, que fizeram camisa, estão aqui. E parabéns para os outros que não estão aqui, que estão nos assistindo pela televisão, infelizmente.

Eu tive a oportunidade de ir para Piracicaba, na semana passada, e eu vi o funcionamento de lá, gravei vídeos. Temos um *Face* da Una, e aí vamos continuar trabalhando dessa maneira: postando vídeos, mostrando os mercados, as situações, as nossas propostas e os lugares que a Prefeitura, pelo menos, a exemplo de Piracicaba, acreditou na gestão dos comerciantes que lá ficam. Então, eles tiveram crédito com a Prefeitura. Pelo contrário, eu não sei, acho que, aqui, a gente não tem.

Eu acho que a questão da privatização, aqui em São Paulo, está vindo da maneira seguinte: ele vai entrar na tua casa, ele vai falar: “Fica tranquilo, porque a gente está escolhendo o que é melhor para vocês. Você vai perder concorrência e você vai gerir a sua casa”. Eu falo casa porque, em nome... Os mercados estão no nome da Prefeitura, mas eles abandonaram. Quem os adotou, foram os comerciantes que lá existem. Nós adotamos, então é a nossa casa.

- Aplausos.

O SR. MARLON MADUREIRA TAVARES – Nós só queremos o direito de poder gastar o nosso dinheiro com nós mesmos. Nós não precisamos de vínculo, não precisamos disso. O lucro é o melhor atendimento, é o melhor mercado, e isso vai gerar lucro para todos no mercado. É só isso que nós queremos.

Obrigado.

- Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sr. Frederico Loureiro, Mercado de São Miguel Paulista.

O SR. FREDERICO LOUREIRO – Boa tarde a todos.

Sou Presidente da Associação do Mercado de São Miguel, mercado esse que, em 2017, completou 50 anos. Parabéns para todos que fazem parte dessa história.

- Aplausos.

O SR. FREDERICO LOUREIRO – Mais que falar do Mercado de São Miguel, eu me dou ao direito e me permito falar da Una. A Una iniciou antes mesmo da eleição. Nós nos reunimos, alguns Presidente, conversamos e tínhamos, por objetivo, garantir o nosso futuro.

Ouvimos falar em privatização, em concessão antes mesmo da eleição. E, portanto, vimos a necessidade de nos reunir e vocês estão vendo hoje o que saiu dessa organização.

Falou-se muito, na reunião anterior, sobre números. Milhões, lucro, despesa. Eu queria falar de alguns números que, para mim, acho que são os mais importantes. Nós somos, ao todo, 816 permissionários, dos quais, 4.100 funcionários; 12.300 familiares diretos, ou seja, pais, mães, esposas, maridos e filhos. Somos, portanto, 17.216 pessoas que dependem diretamente dos mercados municipais. Sendo que dessas pessoas, 82%, ou seja, 14.117 pessoas estão na faixa etária dos 17 e 18 anos. Por que estou dizendo isso? Porque muitas dessas pessoas que aqui estão fora responsáveis pelos cargos de Vereadores e, principalmente, pelo Prefeito João Doria ter sido eleito. No momento em que ele fez conosco a primeira reunião, em que informou, antes mesmo de ser eleito, que daria prioridade para as associações cuidarem dos mercados, com certeza, ali, ele ganhou a maioria dos nossos votos.

- Aplausos.

O SR. FREDERICO LOUREIRO – Por fim, quero reforçar que nós não somos contra as concessões. Pelo contrário. Nós só entendemos que conceder as associações é

garantir que o objetivo principal não seja única e exclusivamente o lucro, mas, sim, manter as características e tradições que sempre fizeram tão famosos os mercados municipais de São Paulo.

Obrigado a todos e boa tarde.

- Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Com a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

Antes, anuncio a presença dos Vereadores Souza Santos e Ota.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde, Presidente.

Cumprimento o Presidente Mario Covas Neto, a Secretária Aline, o Secretário Wilson Poit. Cumprimento todos os permissionários, que são os grandes astros desta tarde.

Sou Vereador de primeiro mandato. Já fui permissionário do Mercado Municipal de Santo Amaro e tenho muito orgulho de falar isso. Frequento alguns mercados, como o de Santo Amaro, da Cantareira e tenho um verdadeiro carinho pela história e pela tradição que vocês representam para a nossa cidade e para o nosso país. Tenho certeza de que muitos turistas frequentam São Paulo e têm orgulho de visitar o Mercado da Cantareira e tantos outros.

Esse texto que o Vereador Police Neto apresentou aqui teve de correr, porque o tempo é curto, mas foi uma grande vitória que já conseguimos aqui, porque, através da união de vocês, com alguns de nós Vereadores – Police, eu, Zé Turin e alguns outros – estivemos presentes para discutirmos o melhor texto, para que se tenha... Eu não digo nem uma prioridade para os permissionários, mas que se faça justiça e que se entregue, realmente, a administração a vocês. Todos sabem que quem mais entende dos mercados municipais são vocês, são os permissionários que ajudaram a fazer a história de todos os mercados municipais...

- Aplausos.

O SR. RODRIGO GOULART - ... dos sacolões.

Eu concordo muito com o que o nosso Secretário Wilson Poit falou, que os mercados, realmente, precisam de um melhor investimento, uma melhor infraestrutura, e eu tenho certeza de que.. Até o valor que o senhor falou, de 90 milhões dos investimentos... E eu tenho certeza de que se entregar para quem realmente entende, para as prioridades, que a Prefeitura cuide da Saúde, da Educação, da Mobilidade, e que se entregue a administração para os mercados, eles farão da melhor forma possível, porque não é possível alguém não entender da casa deles como eles mesmos. São os que mais entendem disso. Eu acho que só da Prefeitura sair da administração dos mercados, já vai ajudar muito os permissionários.

- Aplausos.

O SR. RODRIGO GOULART – Então, só para finalizar, eu quero deixar clara, aqui, a minha posição de apoio aos permissionários. Como foi citado, aqui, por um amigo, tenho certeza sobre a responsabilidade dos Vereadores. Podem ter certeza de que são 55 cidadãos paulistanos que estão aqui, na Câmara Municipal de São Paulo, representando vocês e que têm muita responsabilidade com o voto. Eu tenho certeza de que essa mobilização de vocês é fundamental, que procurem os seus Vereadores - que representam vocês, aqui, na Casa -, para que apoiem esta causa de vocês. Tenho certeza de que o Executivo, com esse texto apresentado por nós, que vamos elaborar ainda mais, que vocês tragam as contribuições de vocês, passando pela Secretária Aline Cardoso, que eu tenho certeza de que tem essa visão, tem visitado, realmente, os mercados por aí... Também com a ajuda da Secretaria do Wilson Poit, vamos fazer o melhor substitutivo para que os permissionários sejam justificados com essa intenção do Governo.

Muito obrigado a todos e um grande abraço.

- Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, ainda há muitas pessoas inscritas, mas o nosso horário já está no limite.

Têm vários Vereadores, a quem eu vou pedir a gentileza e a compreensão, porque não haverá tempo. Mas gostaria que os três últimos inscritos pudessem se manifestar.

Então, são eles Ismael Cano, Andreia Cardoso e André Luzi.

O SR. ISMAEL CANO – Boa tarde. Gostaria de agradecer à Mesa diretora, aos Vereadores e a todos os permissionários aqui presentes.

Meu nome é Ismael. Sou do Mercado Municipal da Penha. Como o Fred falou, o João Doria praticamente visitou todos os mercados antes da eleição. E com a palavra de que nós cuidaríamos dos mercados, de que as associações seriam as donas das concessões, é que ele acabou sendo eleito.

Reforço, também, na fala do Fred, que nenhum de nós é contra o plano de desestatização da Cidade. Pelo contrário. A fala do Wilson é clara no sentido de que mais dinheiro precisa ir para áreas necessárias da Cidade. Mas quando falamos especificamente de mercados municipais, e o Fred frisou bem, estamos falando de mais de 800 famílias e quantos trabalhos diretos e indiretos isso também não envolve?

Então, acho que temos de olhar com mais carinho a questão dos mercados municipais. Ouvir o José Police Neto com o Rodrigo Goulart. S.Exas. já fizeram um plano, que foi apresentado aqui, que, na nossa concepção, é um plano bom.

A questão do Mercado Municipal de Piracicaba, que é totalmente administrado pelos comerciantes, também é algo que gostaríamos que a Administração Pública olhasse, porque quando falamos de gestão pública, a coisa pública tem de ser boa para a Prefeitura, para os cidadãos e para aqueles que trabalham na área que está sendo selecionada.

Então, eu gostaria, também, de perguntar ao Wilson, qual é o cronograma. Porque eu escuto muito falar que as associações vão participar, que nós podemos participar, mas nós é que corremos atrás, sempre, das reuniões, para conversar e tudo mais. Gostaríamos de estar mais incluídos na questão e gostaríamos de conhecer o cronograma da Prefeitura.

Obrigado.

- Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sra. Andreia Cardoso.

A SRA. ANDREIA CARDOSO – Boa tarde a todos.

Sou do Mercado Municipal da Lapa, e eu queria só colocar algumas coisas.

Eu fiquei na plateia ouvindo todo mundo falar: os outros colegas de mercado, os deputados. O que acontece? Eu fico pensando: tanta coisa foi dita e metade, eu, como leiga, não entendi. Aí eu fico ouvindo falar de concessão, mas que tem ar de privatização e eu fico pensando o seguinte, como o colega de São Miguel falou, acho que os Vereadores, o João Doria, seja lá quem for que está por trás de tudo isso, não podem se esquecer de que nós somos 14 mercados municipais, com um número considerável em cada um deles de permissionários e funcionários e que a gente não só tem que analisar o que está sendo feito agora, mas também projetar o que nós vamos fazer no futuro, caso tudo o que tenha sido dito aqui hoje não for a realidade.

Não podemos ter memória curta. O povo paulistano tem que saber usar a nossa força como pessoa, cidadão, como pessoa que vota e como o número - nós somos grandes - para cobrar que o que está sendo dito, que o que está escuso, que o que não está claro, cobrar para que fique claro, que fique explícito, porque aqui é família levanta cedo, vai lá, trabalha, e a gente sabe que a gente passa lá. O que as frentes de trabalho que a gente tem que suprir para depois vir alguém e querer falar, como colega disse, fique tranquilo, vocês vão continuar como vocês estão. Como vai continuar? Com que capital? Tudo está muito subtendido, mas nada está muito claro.

Então, a gente não pode esquecer que nós temos força de dizer eu não quero que seja feito dessa maneira. Aqui é minha casa e aqui vocês não vão fazer o que vocês querem. Quem quer que seja, se esta aqui hoje - com todo respeito aos colegas - se vocês estão aí hoje, sentados aqui e se o Doria está lá, é por nossa causa. Não minha, não dos mercados, mas nós população e a gente não pode deixar chegar e falar: “olha a gente vai fazer

concessão, a gente vai fazer e vai acontecer”. E a gente vai fazer o quê? Engolir? Não. A gente tem que sentar e se unir, como o colega falou, e falar vai ser feito, vamos ser claro. Não foi claro, no futuro, qual vai ser a consequência? Não vamos esquecer quem ficou por trás sentado na mesa, quem fez projeto e quem passou a perna em nós. Vamos gravar os nomes, gravar os rostos e lá na frente dar a nossa resposta. Não vamos deixar barato.

Vou encerrar que meu tempo está acabando, mas não vamos deixar o dia de hoje acabar e vira a página. Vamos nos reunir e vamos fazer o que tem que ser feito. Não foi feito de acordo, a gente vai dar a resposta. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Sr. André Luzzi. É o último orador inscrito.

O SR. ANDRÉ LUZZI - Boa tarde a todos e a todas. Sou André Luzzi, do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Neste ato quero fazer um apelo a todos vocês que acompanham esta discussão para garantirmos um olhar desse tema à luz do direito humano à alimentação adequada. É fundamental tirarmos apenas o olhar dinherista desse debate.

Queremos trazer a discussão sobre a importância e a relevância do abastecimento popular. O que diferencia um mercado público de um shopping, de uma loja ali na localidade? É a capacidade dele de induzir processos, pensar no desenvolvimento sustentável local, promover alimentação saudável, agroecologia, pensar outras modalidades de oferta de alimentos. Temos ainda na cidade de São Paulo milhões de pessoas que passam fome. Acreditem. Os mercados, sacolões e as feiras têm um papel fundamental no controle dos preços populares, justos, adequados que respeite o produtor e consumidor, que respeite o comerciante.

Então este debate é fundamental e temos na cidade de São Paulo uma política e um plano municipal de segurança alimentar e nutricional. Pedimos muito aos Parlamentares que ao revisarem esse projeto considerem esses instrumentos, inclusive a Lei Municipal de

Segurança Alimentar e Nutricional, as diferentes recomendações que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional expediu para orientar o debate e, mais uma vez, evocar a importância de pensarmos os mercados como um grande ente de dinamização das discussões no nível local. O mercado municipal pode ter um banco de alimentos para combater o desperdício.

O mercado popular pode ter uma cozinha comunitária para combater o desperdício e ensinar boas práticas alimentares e alimentação saudável. O mercado popular pode fazer educação alimentar e nutricional. O mercado popular pode ser um banco de sementes para compartilhar na comunidade nova sementes crioulas e não aquelas apenas transgênicas que vendem por aí.

Enfim, queremos trazer para cidade de São Paulo uma cidade criativa, justa, humana. Vocês são fundamentais nesse debate para mudarmos a lógica do que, até hoje, fizeram para nossa Cidade.

Para finalizar, a cidade de São Paulo tem mais outro componente. Ela ratificou o Pacto de Milão, que define alimentação urbana, alimentação nas cidades. É uma das grandes Metrôpoles que assumiram esse compromisso. Então, nós somos espelho para todo o resto do mundo. Uma política que dá certo em São Paulo pode potencializar o combate à fome e uma alimentação saudável no mundo todo.

Fico até emocionado porque, hoje à noite, neste mesmo plenário, nós vamos fazer a entrega do Prêmio Betinho nos bons reconhecimentos de práticas de combate à fome. Há 20 anos Hebert de Souza morreu lutando pela alimentação e não, no dia de hoje, virar as costas para centenas e milhares de pessoas que passam fome, estão obesas, têm câncer, têm várias doenças crônicas e que faz apenas com que os gastos em saúde aumentem. Apelo a todos vocês e gostaria muito de sair conosco no Comusan Conselho Municipal de Segurança Alimentar. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Tem a palavra o Sr. Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT - Quería agradecer muito a presença de tanta gente e tantas sugestões. Tivemos um dia muito importante para a história dos mercados, para o futuro dos empreendedores e dizer que estamos falando aqui da mesma coisa. Todo mundo está falando a mesma coisa.

Quería aproveitar a fala do vereador Rodrigo Goulart e confirmar para vocês: a Prefeitura quer sair da gestão dos mercados. O Prefeito João Doria quer um Estado mais enxuto e não um Estado gordo, com um funcionalismo público enorme, cabides de emprego e pessoas que não entendem de um negócio e de repente está lá comandando vocês. (Palmas).

O Plano de Desestatização é um plano de saída do Governo dos setores onde ele não precisa estar e vocês, empreendedores, contando vossas histórias sabem e todo mundo desta Cidade que elegeu Prefeito João Doria, em primeiro turno, com 53% dos votos, ele dizendo desde o primeiro momento que iria fazer desestatização.

Só para ficar bem claro, tem privatização, que é outra coisa, por exemplo, a venda do Anhembi, a venda de Interlagos e a venda de um monte de imóveis nesta Cidade abandonados que poderiam gerar emprego, IPTU e desenvolvimento.

E temos concessões, que é o caso que estamos falando aqui, que é tirar o Estado da gestão do monopólio do serviço funerário; da gestão do Bilhete Único, cheio de fraudes; e da gestão dos mercados. Vocês aplaudiram aqui quando disseram de alguns funcionários públicos que vocês não querem mais lá. A Prefeitura vai continuar a Cidade, a Prefeitura proprietária dos mercados, não está vendendo. Será feita a concessão da gestão para aqueles que mais entenderem, para aqueles que com a ajuda dos Vereadores e com um bom substitutivo se habilitarem e fizerem mais do que fazem hoje.

A Secretária Aline, que está do meu lado, de Trabalho e Empreendedorismo, junto com a nossa Secretaria teremos um órgão de fiscalização. Os contratos serão muito bem feitos, terão a fiscalização desta Casa, do Tribunal de Contas do Município, e um prazo determinado – se são cinco anos ou mais. Hoje em dia, a medição da qualidade dos serviços,

se o mercado vai melhorar, se a experiência de frequentar o mercado e o sacolão vai melhorar, a gente consegue medir quase que instantaneamente e vocês sabem disso.

A Prefeitura não vai se livrar disso, vai continuar atenta e fiscalizar e trocar o concessionário quando precisar, mas com regras mais fortes do que tem hoje. Somos contra o pagamento de mais impostos, porque não existe dinheiro público, existe dinheiro de pagadores de impostos de todos vocês, de todos nós, que dão dinheiro, às vezes, para as pessoas engordarem o Estado, ter muitos funcionários e o verdadeiro criador de riqueza deste País, desta Cidade são os empreendedores, são vocês, são as pessoas que trabalham no dia a dia.

Eu sou filho de um empreendedor, nasci dentro de um mercado - já contei isso aqui outro dia - eu morei até os 11 anos e fui empreendedor a vida toda até resolver, agora, ajudar, como eu digo na reunião de condomínio, ajudar um pouco a Cidade.

Então, estamos falando da mesma coisa. Que fique claro que nesta Casa os projetos ficam melhores. O PL 367 está aqui para registrar essas contribuições, para recebermos as emendas. Agradeço muito a participação de vocês que estão aqui, de vocês que estão no telão, de vocês que estão na TV Câmara, e na Internet. Muita contribuição. Dizer novamente que estamos falando da mesma coisa, de menor presença da Prefeitura no dia a dia de vocês para que com o vosso dinheiro seja revertido para o progresso e para melhoria. Obrigado. (Palmas).

A SRA. ALINE CARDOSO - Algumas pequenas contribuições também.

A fala mais aplaudida na tarde de hoje foi quando disseram que é para a Prefeitura sair desse negócio. Então isso me dá a sensação de que a gente está na direção certa. Agora vocês precisam entender que temos responsabilidade com a coisa pública. Não é isso que a gente cobra dos políticos quando a gente vai para Paulista bater panela ou sei lá o quê? Queremos que o político faça a coisa certa, que tenham seriedade com a coisa pública, que o trato da coisa pública seja feito pensando sempre no interesse coletivo, no interesse de todos. Não é isso que a gente pede? Isso que a gente está fazendo aqui. Também não seria correto a

Prefeitura sair disso passando para frente de qualquer jeito, não é assim. Tem que ter contrato, tem que ter regra do jogo, tem que ter garantias até porque isso é bom para vocês. Se não tiver esses tramites, essas garantias, essas regras do jogo, quem garante o futuro de vocês? Quem garante o futuro de quem entra lá? Então, estamos caminhando na direção certa. É desafiador? É, até porque nós estamos abrindo para construir isso junto. Pior seria vir de cima para baixo um formato e vocês terem de engolir.

Então, vem aí um processo interessante que eu acho que tem que ser valorizado. É só uma imprecisão quando falou, eu acho, o Vereador José Turin, sobre empresas que não pagam seus impostos. Eu queria fazer uma colocação de novo pensando no interesse coletivo por que é nossa responsabilidade. Eu não sou só secretária não. Desculpa os meus colegas que são secretários mas eu me sinto ainda mais na obrigação de defender o interesse público porque eu recebi voto, assim como Prefeito João Doria. Eu recebi muito voto, de muita gente que colocou nesta Casa porque acredita na minha responsabilidade de tratar com a coisa pública. Então, todos os secretários têm, mas acho que a gente tem voto e sabe quanto é difícil ganhar voto, tem ainda um pouco mais.

Não vamos permitir que quem não paga impostos leve essa concessão. Nem essa e nem nenhuma outra. Tem uma regra que diz que não passa para a fase seguinte quem não cumprir características a, b, c e d. É por isso que eu falei que vocês também tem que se organizar, porque se vocês também não cumprirem as regras a, b e c, vocês também não vão passar. Então, regras servem, nesse caso, para proteger o interesse da coisa pública e estão sendo feitas com transparência e vocês são convidados a acompanhar isso. Então, organizem-se. Vocês têm condições de conseguir. Já falei isso aqui e vou repetir.

Eu queria finalizar também com a fala do André Luzzi, do Comusan, que é um conselho que está ligado à nossa secretaria, de segurança alimentar, e até alguém falou que nunca houve uma política de segurança alimentar. Eu acho que não estou aqui para julgar quem veio antes, mas eu posso falar da minha intenção. A nossa intenção é que a gente possa

ter uma boa política de segurança alimentar e vocês fazem parte dela - concedido ou não concedido, público ou privado – os mercados fazem parte. Da mesma forma que na política de apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico, concedido ou não concedido, vocês fazem parte. Vocês movimentam a economia, vocês são importante - já foi falado aqui - para o desenvolvimento local.

Então esse compromisso que estamos assumindo aqui é um compromisso integrado de melhoria para Cidade e é por isso que, mais uma vez, eu falei aqui no começo e alguém de mercado repetiu ali e eu gostei muito do que foi falado, nós temos que observar um tripé de interesses: o interesse dos atores privados envolvidos tem que ser observado, eu concordo; os interesses da coisa pública, da gestão pública, dos cofres públicos da administração pensando que essa coisa pública também está sendo administrada em prol cidadão e o interesse do cidadão. Então quando os processos forem se desenvolvendo, serei muito franca, eu acredito que todos os permissionários que tiverem fazendo a coisa certa, do jeito certo, compondo um mix do mercado da forma correta, cumprindo com as suas obrigações, servindo a coisa pública, não devem ter nenhum problema. Agora a pergunta que eu faço para vocês e se tiver permissionário que está errado? Ninguém falou isso aqui. Temos de olhar o interesse da coisa pública. Acredito que todos os que estão corretos, compondo mix, que estão há décadas servindo à comunidade, não precisam temer e vocês sabem muito bem quem são e nós sabemos e o concessionário, seja quem for, esperemos que sejam vocês, vão saber cuidar desses permissionários da maneira correta. Mas temos de pensar no interesse coletivo. É isso que pedimos quando vamos as ruas.

Vamos pensar nesse tripé e com isso conseguir conceder os mercados para quem tiver bem organizado, com condições de administrá-los da melhor maneira possível pensando no interesse de todos, inclusive de vocês. Obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Mario Covas Neto) – Senhores, tinha dito que terminaria às 17 horas e são 17h20.

Tem uma notícia boa que todos os inscritos da plateia puderam se manifestar. Apenas alguns Vereadores inscritos, peço a compreensão dos Vereadores diante do horário. Lamento que não tenham falado, mas acho que audiência pública serve muito mais as pessoas que vêm aqui do que a nós. Temos a oportunidade de debater em plenário outras vezes, vamos falar no assunto. Então peço a compreensão de todos, especialmente dos Vereadores Donato, Janaína, Dalton Silvano, Sandra Tadeu, Toninho Vespoli, Ruth Costa, Fernando Holiday, Fábio Riva e Cláudio Fonseca. Todos se inscreveram para falar, mas, infelizmente, diante do adiantado da hora, não vai ser possível.

Eu convido vocês também a participar no próximo dia 11, das 15 horas aí vai ser no plenário, no primeiro andar, de novo uma audiência pública sobre o mesmo projeto, mas agora sobre praças e planetário. É outro tema. Nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada esta reunião.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Só para lembrar a Comissão de Política Urbana convocou uma audiência para o dia primeiro de setembro. É lógico que daqui até lá muito dos diálogos entre a gente tem que amadurecer em cima de texto que suportem ofertas consistentes para o governo. Então vamos continuar com esse diálogo quase de dois em dois dias. Queria parabenizar. Foi sensacional hoje. Parabéns, Sr. Presidente.